



# Câmara Municipal

da Estância Turística de  
- Capital Nacional do Brasil



## REQUERIMENTO

**ASSUNTO:** Requer informações sobre a Lei Municipal Nº 4.951, de 13 de novembro de 2019, que Estabelece denominação de Avenida do Município e dá outras providências, oriundo do Projeto de Lei Ordinária Nº 192/2019.

Destinatário: Ministério Público do Estado de São Paulo – Promotoria Pública de Ibitinga.

**Excelentíssimo Senhor Presidente,**

Ouvido e aprovado pelo Egrégio Plenário, cumpridas as formalidades regimentais, seja este requerimento de informação oficiado ao destinatário supracitado, sobre o que segue:

Considerando Pareceres datados de 03/09/2019 e 16/10/2019 (anexos) do Diretor Jurídico, que originou Parecer Nº 319/2019, de 17/10/2019 da Comissão de Constituição, Legislação, Justiça e Redação (anexo);

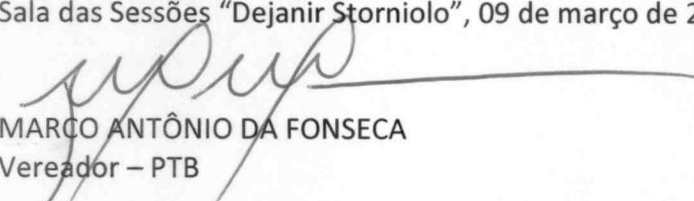
Considerando Parecer Nº 360/2019, de 06/11/2019, da Comissão de Serviços Públicos, Ocupação do Solo, Saúde, Assistência Social, Educação, Esporte, Cultura e Turismo (anexo);

Considerando Requerimento Nº 38/2020, de 17/02/2020; MTR Nº 95/2020, que consta anexado o MTR Nº 768/2019, de 25/11/2019 (requerimento de cidadãos e respectivos pareceres do Diretor Jurídico desta Casa de 09/12/2019 e do Procurador Jurídico de 23/12/2019, bem como de envio a Senhora Prefeita – autor do projeto – e ao representante dos cidadãos), indago a Vossa Excelência, Nobre Promotor:

- 1) **Qual a análise e interpretação ao tema pelo MP?**
- 2) **A Lei Municipal Nº 4.951, de 13/11/2019, pode ser anulada diante de todo o processo administrativo?**
- 3) **Deve haver outra Lei revogando e reestabelecendo a Lei anterior, através da reconstituição?**
- 4) **Se durante o trâmite de um Projeto de Lei que vise revogar ou uma ADIN, o período que dispõe o Artigo 237 §1º da Lei Orgânica do Município (um ano de falecimento para ser homenageado), faz com que ela não tenha vício?**

**JUSTIFICATIVA:** A homenagem ao Senhor Roque de Rosa não está sendo discutida, pois foi pessoa extraordinária. Indagar ao MP – neste caso, é ter a certeza de procurar agir com a melhor forma – neste caso concreto, sem ter discussões de instabilidade jurídica na cidade, haja vista haver uma grande divisão ao tema e vários “achismos”. Pessoas aguardam definições para alterar o nome da rua de seu estabelecimento comercial, enquanto outros empresários já gastaram milhares de reais para isso. Assim, as ações e respostas destes 4 questionamentos e demais itens que por ventura o Ministério Público resolver colocar, irão nortear ações deste e dos demais Vereadores que queiram cumprir seu papel, sem pressão e com cautela, para não ferir o bolso novamente e a honra do Senhor Roque de Rosa.

Sala das Sessões “Dejanir Storniolo”, 09 de março de 2020.

  
MARCO ANTÔNIO DA FONSECA  
Vereador – PTB





**PROJETO DE LEI Nº 097/2019**

**Estabelece denominação de Avenida do Município e dá outras providências**

**Art. 1º.** Passa a denominar-se “**Avenida Jornalista Roque de Rosa**” a antiga Avenida Japão, a partir da confluência das ruas Capitão Felício Racy e Avenida Victor Maida.

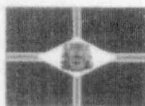
§1º. O Poder Executivo, após a publicação desta Lei, comunicará as eventuais empresas responsáveis por loteamentos abrangidos pelo trecho da Avenida de que trata o *caput* deste artigo, para as providências previstas no artigo 1º da Lei Municipal nº 3.473, de 15 de abril de 2011, se o caso.

**Art. 2º.** Fica revogada a Lei Municipal nº 738, de 07 de março de 1964.

**Art. 3º.** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação. Ibitinga, 08 de agosto de 2019.

  
CRISTINA MARIA KALIL ARANTES

Prefeita Municipal





### JUSTIFICATIVA

Senhor Presidente:

Segue o Projeto de Lei nº 97/2019, para apreciação dos Senhores Vereadores, no qual estabelece denominação de “Avenida Jornalista Roque de Rosa”, à antiga “Avenida Japão”.

O saudoso Sr. Roque de Rosa está entre as principais personalidades históricas de Ibitinga, em especial pela sua atuação em favor do progresso e desenvolvimento de nosso município durante a segunda metade do século XX.

Jornalista, radialista, empresário, escritor, compositor entre muitas atividades exercidas e que seguem no currículo anexo, o Sr. Roque de Rosa foi grande voz do rádio em nossa região e, através dos microfones da rádio Ibitinga e da Ternura FM se tornou grande incentivador do comércio local, do desenvolvimento da cidade a partir do Jardim Centenário, da realização de obras de infraestrutura como a própria “Perimetral” e a “Avenida Japão”, além de defender sempre a relevância da indústria de Bordados e Enxovais, o potencial turístico e as belezas naturais do município, além de ser um entusiasta do esporte, artes e cultura de Ibitinga.

O Sr. Roque de Rosa fez de Ibitinga sua “terra amada” e deixou um legado de realizações que contribuíram fundamentalmente para o protagonismo de nossa cidade em todo o interior paulista.

Além disso, o jornalista Roque de Rosa é figura histórica do jornalismo brasileiro, tendo sido o primeiro jornalista oficialmente declarado no Estado de São Paulo, através da Lei nº 6.727, constando em sua carteira profissional o registro nº 0001 (MTB), datado de 1980.

Por toda relevância social e histórica das ações do Jornalista Roque de Rosa para a vida administrativa de nossa cidade, durante décadas, e considerando a importância de sua contribuição para todo o progresso de Ibitinga é que entendemos justa à homenagem pretendida, em via pública de igual relevância para o município, eternizando em nossas memórias e no cotidiano da cidade a recordação e o exemplo deste homem, que certamente auxiliará os ibitinguenses das atuais e próximas gerações à lutarem cada vez mais pelo desenvolvimento de nosso município.

Considerando-se que o presente está em conformidade com o disposto no artigo 237 da Lei Orgânica do Município.

Encaminhamos para apreciação desta Casa de Leis, o presente projeto de lei que denomina a via pública.



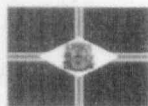


Revogada ainda a Lei Municipal nº 738, de 07 de  
março de 1.964.

Esperando contar com a prestigiosa atenção dos  
Senhores Vereadores a esta proposição, desde já endereçamos os testemunhos de estima  
e apreciação.

Atenciosamente,

CRISTINA MARIA KALIL ARANTES  
Prefeita Municipal





**LEI Nº 4.951, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2019.**

**Estabelece denominação de Avenida do município e dá outras providências.**

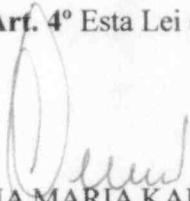
A SENHORA PREFEITA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBITINGA, Estado de São Paulo, em conformidade com a Lei Orgânica do Município, e nos termos da Resolução nº 5.376/2019, da Câmara Municipal, promulga a seguinte lei:

**Art. 1º** Passa a denominar-se “**Avenida Jornalista Roque de Rosa**”, a antiga Avenida Japão, a partir da confluência das ruas Capitão Felício Racy e Avenida Victor Maida.


**Art. 2º** O Poder Executivo, após a promulgação desta Lei, comunicará as eventuais empresas responsáveis por loteamentos abrangidos pelo trecho da Avenida de que trata o *caput* deste artigo, para as providências previstas no artigo 1º da Lei Municipal nº 3.473, de 15 de abril de 2011, se o caso.

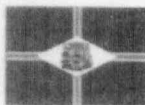
**Art. 3º** Fica revogada a Lei Municipal nº 738, de 07 de março de 1.964.

**Art. 4º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

  
CRISTINA MARIA KALIL ARANTES  
Prefeita Municipal

Registrada e publicada na Secretaria de Administração da P. M., em 13 de novembro de 2019.

  
ALINE COSTA VIZOTTO  
Coordenadora de Expediente,  
Protocolo e Arquivo





# *Câmara Municipal*

*da Estância Turística de Ibitinga - SP*  
*- Capital Nacional do Bordado -*

## **ANÁLISE JURÍCIA AO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 192/2.019**

**Autoria: PODER EXECUTIVO**

**Em análise ao presente Projeto de Lei, não vislumbramos nenhum óbice a tramitação do mesmo, considerando que a matéria é de iniciativa concorrente, motivo pelo qual opinamos pela legalidade, regimentalidade e constitucionalidade da propositura, nos termos do artigo 29, inciso XVI, da Lei Orgânica Municipal, e da Lei 2.495/2001.**

**Além do mais, pudemos constatar pelo currículo juntado, que o homenageado foi um cidadão de muita relevância na vida pública municipal, dedicou-se por longos anos de sua vida em auxiliar as campanhas beneficentes, construções de Igrejas, divulgou o nome de Ibitinga por todo País, sempre auxiliou aos mais carentes, atendia todos os municípios sem qualquer distinção, e nunca mediu esforços para exercer condignamente sua profissão de radilista, sendo, sem sombras de dúvidas, uma pessoa muito proeminente, e de fato e de direito se amolda à exceção prevista no artigo 237, Parágrafo 1º, da Lei Orgânica Municipal.**

**Diante do exposto, emito parecer favorável à tramitação do Projeto de Lei 192/19, por ser legal, regimental e constitucional.**

**Ibitinga, 16 de outubro de 2.019.**

**Atenciosamente,**

**RICARDO TOFI JACOB**  
**OAB/SP nº 100.944**  
**DIRETOR JURÍDICO**





# *Câmara Municipal*

## *da Estância Turística de Ibitinga - SP*

*- Capital Nacional do Bordado -*

PARECER JURÍDICO AO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº  
192/2019.

Autoria: Poder Executivo

Trata-se de Projeto de Lei que pretende alterar a denominação da Avenida Japão, para **AVENIDA JORNALISTA ROQUE DE ROSA**.

É sabido que ao Município compete suplementar a legislação federal e estadual, no âmbito de sua competência, nos termos do art. 30, inciso II da Constituição Federal. O Município está apto a legislar sobre assuntos de interesse local.

O artigo 4º da Lei Orgânica Municipal assim dispõe:

**ART. 4º** - Ao Município compete prover tudo quanto respeite ao seu peculiar interesse e ao bem estar de sua população, cabendo-lhe, privativamente, entre outras, as seguintes atribuições:

I - Legislar sobre assuntos de interesse local;

Portanto, sobre o ponto de vista de iniciativa, entendo que o Projeto deve ter regular tramitação.

Note-se que a Avenida Japão, há longa data foi denominada, portanto entendo dispensável a Certidão de conclusão da obra; que a via ou o logradouro público tem seu registro regular junto ao setor competente da Prefeitura.





# *Câmara Municipal*

## *da Estância Turística de Ibitinga - SP*

*- Capital Nacional do Bordado -*

No entanto, a Lei Municipal nº 2.495/2001 (anexa), de autoria do Vereador Francisco das Chagas de Azevedo, no seu artigo 2º dispõe que os interessados em apresentar proposta de mudanças de vias e logradouros públicos, deverão apresentar em anexo ao Projeto, o consentimento, de no mínimo 80% dos proprietários dos imóveis existentes na via pública, ou num raio de 200 metros do logradouro público que receberá a nova denominação.

Assim, sugerimos à insigne Comissão, seja oficiado ao Poder Executivo, anexando a cópia do presente parecer, para anexar ao Projeto de Lei, o consentimento de no mínimo 80% dos proprietários de imóveis da Avenida Japão, com o nome completo e documento de identidade e os números das propriedades, com as respectivas assinaturas de anuência.

Este é o parecer, respeitando entendimento adverso, "sub censura".

Ibitinga, 03 de setembro de 2019.



RICARDO TOFI JACOB  
DIRETOR JURÍDICO







# Câmara Municipal

da Estância Turística de Ibitinga  
- Capital Nacional do Café

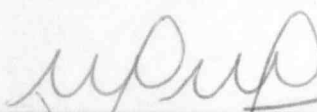


**EXMO. SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBITINGA-SP.**

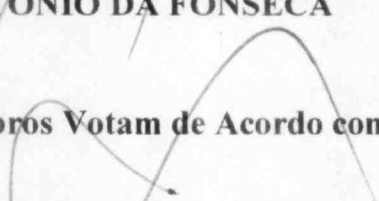
A COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO, por meio do Relator, nos termos do artigo 77, do Regimento Interno, vem prolatar parecer ao Projeto de Lei nº 192/19, recebido nesta Casa de Leis em 09/08/19, de autoria do Poder Executivo, nos seguintes termos.

Examinando o presente Projeto de Lei, que modifica a denominação de próprio da Avenida Japão, para **AVENIDA JORNALISTA ROQUE DE ROSA**, verifiquei que o mesmo, é legal, regimental e constitucional, nos termos do artigo 29, inciso XVI, da Lei Orgânica Municipal e da Lei Municipal 2.495/2001.

Assim, emito parecer favorável  
à sua regular tramitação,  
Ibitinga, 16 de outubro de 2019.

  
\_\_\_\_\_  
**MARCO ANTÔNIO DA FONSECA**  
RELATOR

**Demais Membros Votam de Acordo com o Relator:**

  
\_\_\_\_\_  
**MARLOS RIBAS MANCINI**  
VICE-PRESIDENTE

  
\_\_\_\_\_  
**TIAGO PIOTTO DA SILVA**  
SECRETÁRIO





*Câmara Municipal*  
*da Estância Turística de*  
*- Capital Nacional de*

Camara Municipal de Ibitinga  
  
Protocolo Geral nº 4692/2019  
Data: 06/11/2019 Horário: 10:02  
Legislativo - PAR 360/2019

**COMISSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS, OCUPAÇÃO DO SOLO, SAÚDE,  
ASSISTÊNCIA SOCIAL, EDUCAÇÃO, ESPORTE, CULTURA E TURISMO.**

**PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 192/2019**

Estabelece denominação de Avenida do Município e dá outras providências.

**Autoria:** Prefeita Municipal.

**Relator:** Vereador Richard Porto de Rosa.

**I - RELATÓRIO**

O projeto de lei ordinária em epígrafe pretende denominar de "Avenida Jornalista Roque de Rosa" a antiga Avenida Japão, a partir da confluência das ruas Capitão Felício Racy e Avenida Victor Maida.

Justifica-se a propositura no sentido de prestar um válido e meritório tributo a pessoa homenageada e família.

Foram juntadas as certidões e documentos necessários, estando o projeto em ordem.

O projeto foi distribuído a esta Comissão para se manifestar sobre o seu mérito, nos termos dos artigos 76 e 77, inciso III, do Regimento Interno da Câmara Municipal, após tramitar na dita Comissão de Constituição, Legislação, Justiça e Redação.

**II - VOTO DO RELATOR**

O projeto de lei ordinária em comento segue o disposto nos artigos 29, incisos XVI e XVII, e 237 e parágrafos, da Lei Orgânica Municipal; e na Lei n.º 4.174, de 4 de novembro de 2015, que estabelece os critérios para a concessão





# *Câmara Municipal*

## *da Estância Turística de Ibitinga - SP*

*- Capital Nacional do Bordado -*

de denominação de próprios, vias e logradouros públicos.

O projeto em debate é, do ponto de vista das atribuições regimentais desta Comissão, inteiramente meritório e oportuno e deverá, caso seja aprovado, outorgar importante tributo a pessoa homenageada, fazendo justa homenagem a um dos mais importantes jornalistas de sua época, Roque de Rosa, reconhecido nacionalmente pelos importantes serviços prestados nas áreas de comunicação e jornalismo junto às rádios AM e FM, sendo o primeiro jornalista profissional registrado no Estado de São Paulo.

**VOTO**, desta forma, pela aprovação do Projeto de Lei Ordinária nº 192/2019.

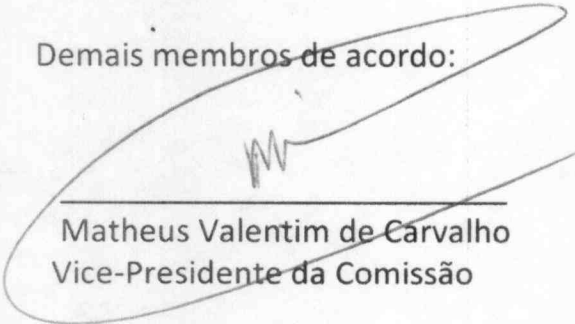
### **III - PARECER DA COMISSÃO**

A COMISSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS, OCUPAÇÃO DO SOLO, SAÚDE, ASSISTÊNCIA SOCIAL, EDUCAÇÃO, ESPORTE, CULTURA E TURISMO, aprovou unanimemente o Projeto de Lei Ordinária nº 192/2019.

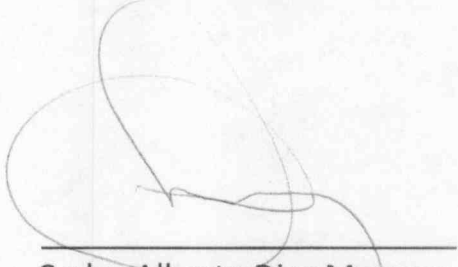
Ibitinga, em 4 de novembro de 2019.

Relator – Richard Porto de Rosa  
Presidente da Comissão

Demais membros de acordo:



Matheus Valentim de Carvalho  
Vice-Presidente da Comissão



Carlos Alberto Dias Marques  
Secretário da Comissão





# Câmara Municipal

## da Estância Turística de Ibitinga - SP

- Capital Nacional do Café

### REQUERIMENTO



AO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, SOLICITANDO INFORMAÇÕES SOBRE A HISTÓRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE IBITINGA TER RECONHECIDO O PROCEDIMENTO ERRADO NA MUDANÇA DA AVENIDA JAPÃO PARA AVENIDA ROQUE DE ROSA, CONFORME FOI MENCIONADO NA REDE SOCIAL FACEBOOK EM 14 DE FEVEREIRO DE 2020.

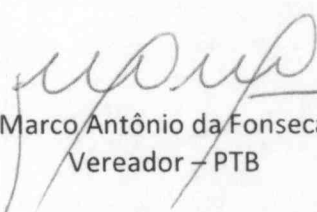
**DESTINATÁRIA:** Senhor Presidente da Câmara Municipal – José Aparecido da Rocha.

**Excelentíssimo Senhor Presidente,**

**REQUEIRO**, ouvido e aprovado pelo Egrégio Plenário, cumpridas as formalidades regimentais, seja oficiado à destinatária, o Requerimento de Informações abaixo questionado, para conhecimento e manifestação a respeito do assunto acima mencionado:

**Justificativa:** Segundo uma matéria postada no facebook Transparência Ibitinga no dia 14 de fevereiro de 2020, foi confirmada conforme foto em anexo, que a Câmara reconhece que a mudança de nome foi ilegal e que agora a Avenida Japão é oficial. Ocorre que este vereador subscrevente desconhece esses fatos do reconhecimento e gostaria de um esclarecimento por parte da Presidência dessa Colenda Casa de Leis.

Sala das Sessões “Dejanir Storniolo”, 14 de fevereiro de 2020.

  
Marco Antônio da Fonseca  
Vereador – PTB

**A SUA EXCELÊNCIA O SENHOR  
JOSÉ APARECIDO DA ROCHA  
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE  
IBITINGA/SP**





*Câmara Municipal*  
*da Estância Turística de Ibitinga - SP*  
*- Capital Nacional do Bordado -*

CMI Ofício nº 0025/2020

CÓPIA

Ibitinga, 31 de janeiro de 2020.

A SUA SENHORIA  
FERNANDO PAULA PEREIRA RACY  
IBITINGA — SP

Recebido por: Fernando Paula  
Pereira Racy

Data: 11/2/2020

Assunto: ENVIA RESPOSTA

  
Ass.


Ilustríssimo Senhor;

Em conclusão ao Requerimento de medidas administrativas referentes à Lei Municipal nº 4951/2019, que alterou o nome da Avenida Japão, protocolado nesta Casa de Leis como MTR 768/2019, exponho o que segue:

1. O documento tornou-se público junto ao site da Câmara Municipal desde seu protocolo;
2. Foi dado ciência aos Vereadores com sua leitura em Sessão Legislativa realizada em 26 de novembro de 2019
3. A Mesa Diretiva da Casa em reunião, solicitou parecer dos jurídicos da Casa em análise ao que foi requerido
4. De posse dos pareceres Jurídicos a Mesa Diretiva reunida novamente discutiu o assunto com os embasamentos e decidiu por enviar toda a documentação para análise e decisão do Poder Executivo, autor do Projeto que deu origem a Lei questionada.

Conclui-se assim os procedimentos desta Casa sobre o protocolo citado, dando-lhe ciência com este, de tudo o que ocorreu.

Atenciosamente,

  
JOSÉ APARECIDO DA ROCHA  
Presidente

## TRANSPARÊNCIA IBITINGA

4 h

Av JAPÃO: agora é oficial - Câmara reconhece que mudança de nome foi ILEGAL!

Através do Ofício nº 0025/2020, de 31 de janeiro de 2020 (e entregue no dia 11/fev), dirigido ao representante da TRANSPARÊNCIA IBITINGA, Fernando Racy, a Câmara admitiu que errou em aprovar de FORMA ILEGAL o projeto que mudou o nome da Av Japão.

Mesmo assim, não tomou a medida que podia de, através de novo projeto, REVOGAR a mudança ilegal. Preferiu abrir esta possibilidade a "qualquer um dos vereadores" e encaminhou os pareceres dos assessores da Câmara à Prefeita, autora do Projeto original, à espera de que ela envie um novo projeto pedindo a revogação.

O teor do ofício em que a Câmara reconhece a ilegalidade você pode ler aqui:

[http://publico.ibitinga.sp.leg.br/sapl\\_documento/.../21255.pdf...](http://publico.ibitinga.sp.leg.br/sapl_documento/.../21255.pdf...)

#AvJapãoNãoMuda #RevogaçãoJá





# Câmara Municipal

## da Estância Turística

- Capital Nacional

Camara Municipal de Ibitinga  
Protocolo Geral nº 552/2020  
Data: 26/02/2020 Horário: 17:58  
LEG - MTR 95/2020

CMI Ofício nº 156/2020

Ibitinga, 26 de fevereiro de 2020.

A SUA SENHORIA  
MARCO ANTÔNIO DA FONSECA  
VEREADOR DA CÂMARA MUNICIPAL DA  
ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBITINGA  
IBITINGA – SP


**Assunto: ENVIA RESPOSTA AO REQUERIMENTO 38/2020**

**Ilustríssimo Vereador,**

Quanto ao documento MTR 768/2019, que questionou a Legislação que mudou o nome da Avenida Japão para Avenida Jornalista Roque de Rosa, cabe a este Presidente esclarecer, conforme requerido pelo nobre Vereador:

- O Documento MTR 768/2019 foi protocolado nesta Casa em 25/11/2019, com imediata consulta ao site da Câmara e sobre teve os seguintes procedimentos:
- Leitura em sessão realizada no dia 26/11/2019;
- Reunião da Mesa Diretora sobre o assunto, decidindo pela solicitação de parecer dos jurídicos da Casa;
- Oficializado o interessado dos procedimentos tomados até aqui;
- Com os pareceres dos jurídicos em mãos a Mesa Diretora se reuniu novamente, e diante das considerações dos jurídicos, decidiu por enviar toda a documentação oriunda do assunto para análise e decisão do Poder Executivo, autor do Projeto que alterou a denominação.
- Após todos estes procedimentos foi realizado o interessado dos procedimentos finais que a Mesa Tomou, concluindo assim o tramite sobre o assunto
- Toda a documentação de todos estes procedimentos, encontra se apensado no site junto ao MTR 768/2019.
- Quanto aos Projeto que mudou o nome da Avenida, teve sua tramitação conforme rege o Regimento Interno desta Casa.

Atenciosamente,

  
JOSÉ APARECIDO DA ROCHA  
Presidente





**À MESA DIRETIVA da  
CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBITINGA**

**REQUERIMENTO DE MEDIDAS ADMINISTRATIVAS referentes à Lei  
Municipal nº 4951/2019 que alterou o nome da Avenida Japão**

Prezados Vereadores:

Os cidadãos que subscrevem o presente, identificados ao fim por seus respectivos RGs (Carteiras de Identidade), vem respeitosamente requerer desta Câmara Municipal que:

1 – No exercício de seus Poderes Constitucionais, Legais e Regimentais, proceda à **REVOGAÇÃO**, através de Projeto de Lei próprio, da Lei Municipal nº 4951/2019, por várias ilegalidades e ao menos uma inconstitucionalidade, nela ocorrida, que tornam os **ATOS PROCESSUAIS** praticados por esta casa **NULOS** e, por conseguinte, **NULA** em efeitos a própria Lei em epígrafe.

2 – No ato da **REVOGAÇÃO**, no mesmo Projeto, conste expressamente a **REPRISTINAÇÃO** para que a Lei nº 738/64 (que nomeou a Avenida em epígrafe de JAPÃO), mantenha a sua vigência.

3 – Que seja dado conhecimento do presente REQUERIMENTO à Chefia do Executivo Municipal bem como a todos os vereadores desta Câmara Municipal, assim como a toda a Comunidade através de leitura na Sessão imediatamente posterior ao Protocolo na Câmara.

4 – O requerido no item 1, seja encaminhado pela Mesa desta Casa de Leis em regime de URGÊNCIA ESPECIAL, face à possibilidade de “grave prejuízo ou perda de oportunidade” para os empreendedores da Avenida Japão, frontalmente atingidos pela alteração, bem como pela desobediência à SUPREMACIA DO INTERESSE PÚBLICO, na aprovação da Lei nº 4951/2019.

5 – Todo o procedimento relativo ao processo e este requerimento, tenham registro como PRECEDENTE REGIMENTAL, conforme manda o R.I.

**JUSTIFICATIVAS**

A análise do Processo Legislativo que levou a PLO 192/2019 à Lei nº 4951/2019, revela INÚMEROS VÍCIOS que colidem frontalmente com a



O projeto nº 216/2019, de autoria da vereadora Alliny Sartori instituindo o “Dia Municipal do Jornalista Roque de Rosa” e o projeto nº 192/2019, mudando o nome da Av Japão para Jornalista Roque de Rosa.

A desobediência frontal à Lei Orgânica do Município, por si só torna nulos ambos os processos.

Ainda que, como será demonstrado, o PLO 192/2019 seja MAIS NULO que o 216/2019, mesmo tendo ingressado no protocolo antes.

Como a Lei não prevê regra (anterioridade ou “maior nulidade”), é compreensível que todo o processo legislativo de ambos esteja **contaminado por vício.**

### **3 – INFRINGÊNCIAS DA LEI MUNICIPAL 2495/2001:**

3.1 – Determina o Art. 2º da referida Lei:

*Art. 2º - Os interessados em apresentar proposta de mudança de denominação de vias e logradouros públicos deverão apresentar em anexo, consentimento de no mínimo 80% (oitenta por cento) de anuência dos proprietários dos imóveis existentes na via pública ou num raio de 200 (duzentos) metros do logradouro público que receberá a nova denominação.*

Antes de mais nada, a forma como o Projeto é apresentado pelo Executivo, denota que “os interessados em apresentar proposta...” é o próprio Poder Executivo.

Isto posto, o Projeto inicial deveria ter sido acompanhado pelo CONSENTIMENTO requerido, o que não ocorreu (Projeto datado de 08/ago/2019 e protocolado na Câmara em 09/ago/2019, sem o anexo requerido por lei).

O próprio proponente anexou ao Projeto a cópia da Lei 2495, no dia do Protocolo (09/ago/2019) e, curiosamente, NÃO SE ATEVE (ao que tudo indica) à exigência da anexação do CONSENTIMENTO DE 80% dos proprietários.

Só no dia 03/set/2019 (quase um mês depois) o Diretor Jurídico da Câmara (irmão da Prefeita) chama a atenção num “parecer” (não protocolado no processo, portanto não se pode dar fé à data e nem requerido pela Mesa da Câmara) sobre a necessidade da ANUÊNCIA de no mínimo 80% dos proprietários de imóveis da Av Japão.

Da forma como foi entregue ao Legislativo, o Projeto do Executivo não deveria ter prosperado em tramitação.

Só no dia 03/out/2019 (um mês após o apontamento NÃO PROTOCOLADO do Diretor Jurídico), a representante do Poder Executivo (Prefeita, irmã do Diretor Jurídico) protocola um ofício ENTREGANDO documentação “referente a anuência dos proprietários residentes/proprietários de imóveis, localizados na avenida Japão”.

Assim sendo, a Prefeita oferece FÉ PÚBLICA a documentação apresentada. Ocorre, no entanto, que se tornou de conhecimento dos requerentes, que a colheita das assinaturas não foi feita por servidores públicos e sim por pessoas ligadas ao homenageado. E são narradas interferências enganosas e manipuladoras na obtenção das assinaturas, conforme relatado por empresários estabelecidos na avenida em questão.

Muito mais do que isto, como será demonstrado a seguir, a lista de “anuências” entregue NÃO OBEDECEU INTEGRALMENTE aos ditames legais.

3.2 – Dispõe o Art. 3º da referida Lei:

**Art. 3º - *Constará da anuência o nome completo dos interessados, seguido do respectivo documento de identidade, nome da rua, número da propriedade e ASSINATURA.***

Já foi indicado que, embora a Proposta da Homenagem tenha partido da Prefeita (enquanto Chefa do Executivo), e ela tenha oferecido FÉ PÚBLICA às anuências, o trabalho de coleta de assinaturas teria sido feito por pessoas ligadas ao homenageado e até recorrendo a artifícios que teriam eventualmente ludibriado a boa fé de alguns dos signatários.

Mas, muito mais do que isto, a documentação apresentada DESATENDEU ao exigido na lei em epígrafe.

Isto porque, muitos dos signatários NÃO apresentaram o respectivo DOCUMENTO DE IDENTIDADE (que contém foto e ASSINATURA) e sim número de CPF (Cadastro de Pessoa Física) o qual não permite dar fé pública de que a ASSINATURA mostrada na documentação seja mesmo do proprietário do imóvel.

Indicações de proprietários sem documento de identidade, outros usando CPF (um cadastro fiscal no lugar de identidade), outros nem apresentando indicação de documento de identidade e MUITOS apresentando uma simples rubrica ao invés de ASSINATURA, assinaturas de pessoas que não seriam proprietárias do imóvel, pessoas jurídicas "anuindo" sem indicação correta de seus respectivos representantes (E.C. Rio Branco, SAAE, por exemplo) são vícios que contradizem frontalmente o inscrito em lei para garantir a validade da documentação apresentada.

Faltou LEGALIDADE à documentação, o que por si só torna NULO todo processo de tramitação deste Projeto. Inclusive, é claro, sua aprovação.

### 3.2 – AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE NECESSIDADE E INTERESSE PÚBLICO.

Dispõe, ainda, o Art. 4º da referida Lei:

**Art. 4º - Para aprovação das mudanças das denominações de vias e logradouros públicos, as propostas serão submetidas à apreciação que, além do mérito, deferirá sobre a necessidade e o INTERESSE da mudança.**

Obviamente o Legislador de 2001 não se referiu ao interesse de nenhum grupo de radiodifusão, político, religioso ou qualquer outro.

Referiu-se ao princípio da SUPREMACIA DO INTERESSE PÚBLICO imbuído no Direito Público Administrativo, através da legislação infraconstitucional de nosso país.

A população, via redes sociais (tão usadas por políticos e comunicadores até de rádio), manifestou-se majoritária e visceralmente contra a mudança pretendida.

Esta Câmara faz Audiência Pública até para alterar uma lei municipal que ofende a hierarquicamente superior, federal (cobrança de hidrômetro no fornecimento de água aos munícipes).

Pergunta-se: por que não fez o mesmo com este projeto de Lei, ao menos para cumprir o determinado no art. 4º da Lei 2495/2001?

Teria sido receio do que iria ouvir?

Mais, ainda, esta Casa de Leis mantém por contrato uma EMPRESA ESPECIALIZADA em Direito Público que, regularmente oferece PARECERES TÉCNICOS aos projetos em tramitação na casa.

Por que, não foi ouvida neste Projeto?

Receio de que esta já tivesse mostrado o que o é neste Requerimento?

De qualquer forma, mais um descumprimento da Legislação sobre o tema, (ausência de demonstração de NECESSIDADE e INTERESSE PUBLICO no projeto), tornam-no NULO!

#### **4 – INFRINGÊNCIAS DA LOM (Art. 24, § 5º) E DO REGIMENTO INTERNO (Art. 246):**

Ambos os dispositivos citados têm o mesmo teor: **o vereador com interesse pessoal na deliberação, DEVE abster-se de votar.**

Não foi o caso do vereador Richard Porto de Rosa que, não apenas votou como foi Relator de Parecer da Comissão que preside (Ocupação do Solo).

Mais um vício que conclama à NULIDADE de todo o processo, mesmo não tendo o voto do referido vereador sido decisivo para o resultado final.

A Lei é clara: ele DEVERIA ter-se absterido de votar.

#### **5 – NULIDADE PELA FALTA DE IMPESSOALIDADE**

No caso em pauta, há visível ofensa a um dos princípios básicos da C.F. de 1988: o da IMPESSOALIDADE.

Um descendente do homenageado, confrontando a L.O.M. e o próprio Regimento Interno da Câmara, não apenas VOTA favorável ao projeto de interesse próprio como ainda se posiciona como RELATOR dos pareceres relacionados à Comissão Permanente que preside: a de Ocupação do Solo.

E não apenas isto, verifica-se quebras deste mesmo princípio, quando há uma promiscuidade entre o executivo e um contratado da municipalidade, na elaboração de um projeto de cunho estritamente PESSOAL (dos herdeiros do homenageado e prestadores à Prefeitura na divulgação da propaganda da mesma) e a própria Chefia do Executivo.

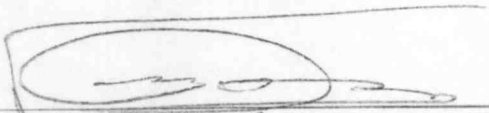
Face a todo o exposto,  
P. Deferimento.

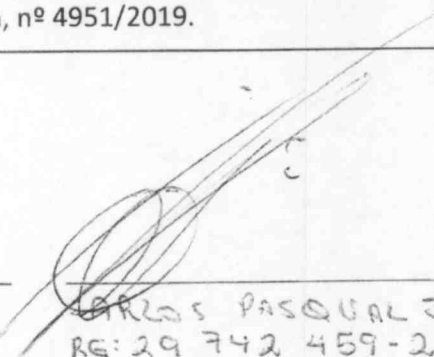
Ibitinga, 25 de Novembro de 2019.

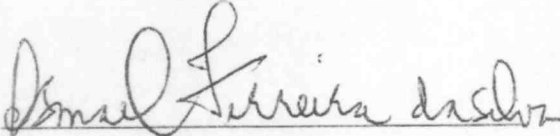
6

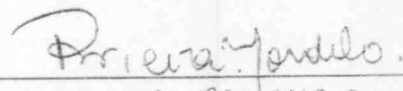



Concordo com e subscrevo os termos do Requerimento de REVOGAÇÃO da Lei Municipal da Estância Turística de Ibitinga, nº 4951/2019.

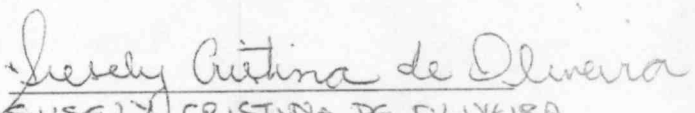
  
FERNANDO PULO FERREIRA RACY  
RG 3 553 776-0


  
CARLOS PASQUAL JR.  
RG: 29 742 459-2

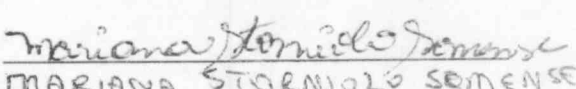
  
RG ~~3 553 776~~  
15-807.615-5  
ISMAEL FERREIRA DA SILVA

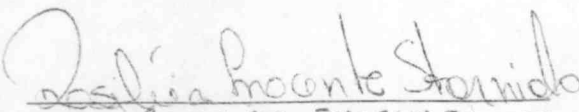
  
PATRICIA NOBRE VIEIRA MOINELO  
RG: 20 394 890-4


  
Giacomo José Estenodi  
RG 6916107

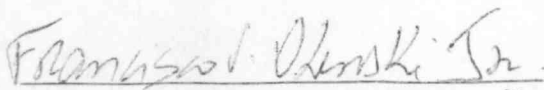
  
SUSELY CRISTINA DE OLIVEIRA  
RG: 16 981 413

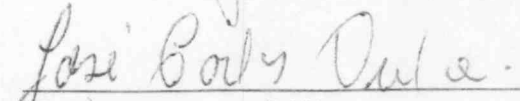
  
LUIZ AURÉLIO ORLANDINI  
RG 26 368 694-2

  
MARIANA STORNIOLO SEMENSE  
RG: 53 852 025-5

  
~~ROSILEIA~~ ROSILEIA INOCENTE STORNIOLE  
RG 19 199 466

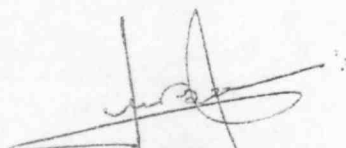
  
JOSÉ GERALDO FÁBIO  
RG: 9609.183.3

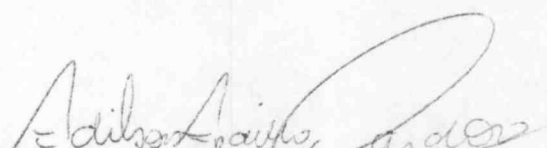
  
FRANCISCO VICENTE OLENCKI JR.  
RG: 24 221 069-7  
CEL-98195 9831

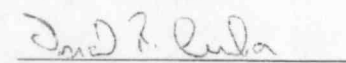
  
JOSÉ CARLOS DULCE  
RG: 3 240 514-X

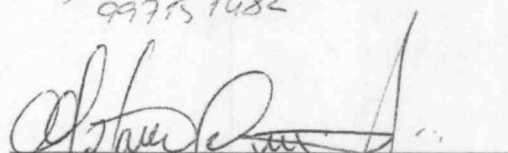


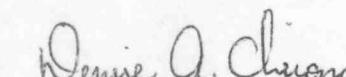
Concordo com e subscrevo os termos do Requerimento de REVOGAÇÃO da Lei Municipal da Estância Turística de Ibitinga, nº 4951/2019.


  
LEINE BATISTA DULCE  
RG: G 419 700 - X  
99961 - 9255

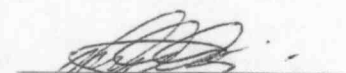
  
Adilson Aparecido Lourenço  
RG 17 186 776 - 2  
99715 1482

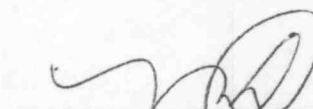
  
ISRAEL RONES CUNHA  
RG: 45 552 499 - 3

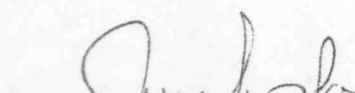
  
GUSTAVO DUCCI VEREDAS  
RG: 19. 195 735 - 5

  
DENISE APARECIDA CHICONATO  
RG: 42. 218 - 006 - 3

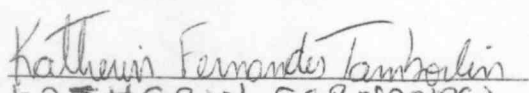
  
ROSANE MOREIRA ALVES  
RG: 17 186 624 - 1

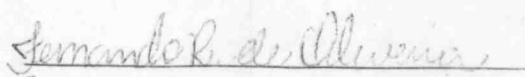
  
MARCOS APARECIDO ALVES  
RG: 21 888 898

  
MARIO HENRIQUE JESUS LOPES DE MEDEIROS  
RG: 41 411 907 - 1

  
CLAUDIO LUZ MIOLA  
RG: 7961 170

  
OSCAR BIANCHI  
RG: 13 912 172 - 9

  
KATHERIN FERNANDES  
TAMBORLIN  
RG: 48. 991. 052 - X

  
FERNANDO RODRIGUES DE OLIVEIRA  
RG: 47 576.633 - 7

Concordo com e subscrevo os termos do Requerimento de REVOGAÇÃO da Lei Municipal da Estância Turística de Ibitinga, nº 4951/2019.

~~Rodrigo Cosed.~~  
20718305-

Rosane Luiz Gualter  
RG 29357340-2

Milton Pereira  
MILTON PEREIRA  
4171755-7

Miranda L. F. Rodrigues  
4455255-6

~~Amário~~  
AMARILDO DO CARMO PINTO  
40559556

WILSON JOHNY de F. FAETAS  
WILSINSKI RG: 41.652778-4

Luiz Henrique Stevanillo  
LUIZ HENRIQUE STEVANILLO  
13911842

Daniel Ricardo Sanches  
Daniel Ricardo Sanches  
28-838.950-5

Rafael Rodrigues  
RAFAEL RODRIGUES  
33895728-5

João Guilherme de Oliveira  
JOAO GUILHERME DE OLIVEIRA  
53.354.321-5

Rafaela Pereira de Almeida  
RG. 47.101.886-7

Maria Helena J. Inocente  
Maria Helena Falcato Inocente  
RG 258322639

Concordo com e subscrevo os termos do Requerimento de REVOGAÇÃO da Lei Municipal da Estância Turística de Ibitinga, nº 4951/2019.

Carlos Cristiano Antonio  
RG: 24.440.085-4

Etevílio de Cassio do Valle Maciel  
RG: 17.886.662

Seleniwe de Comodoro Souza  
RG: 10.435.718-6

Dejanira S O Rocha  
RG: 25.330.707-7

Carlos Antonio Bertholino  
RG: 18.039.827

Thammara de Souza Sato  
RG: 40.590.903-2

Soraia Luiz Pereira Ruffel  
RG: 41.652.323-7

Paulo E. Macedo  
RG: 77.526.1

Renan Zabelo Rosa  
RG: 32.814.968-4

Sandra Laurinda Lyra  
RG: 34043632-3

Luana Marques Colombo  
RG: 44.045.519-7

Grazieli Rosa  
RG: 47.447.996-1  
Grazieli Pinella Ostolazi  
mae Rosa



Concordo com e subscrevo os termos do Requerimento de REVOGAÇÃO da Lei Municipal da Estância Turística de Ibitinga, nº 4951/2019.

Gabriel José Felis

GABRIEL JOSÉ FELIS  
RG 42.217.769-6

Leonardo Henrique Damasceno

Leonardo Henrique Damasceno

~~RG 58054387-X~~

RG 58054387-X

LUIS ANTONIO MOLEIRO

LUIS ANTONIO MOLEIRO  
RG. 24.903.914.X

Juliano

Juliano Colturato de Moraes  
RG 29.952362-7

Fernando P. Moraes

Fernando Pires de Moraes  
41625450-8

Gabriel

Gabriel H. M. do Amaral  
47.142.847-9

Márcia Lúcia

Márcia Lúcia  
RG: 7.828.2509

VICTOR AUGUSTO ALVES

VICTOR AUGUSTO ALVES  
42.002.502-1

Paulo Alexandre Jardim de Almeida

Paulo Alexandre Jardim de Almeida  
40.194.116-8

70

Concordo com e subscrevo os termos do Requerimento de REVOGAÇÃO da Lei Municipal da Estância Turística de Ibitinga, nº 4951/2019.

Sara Bruna Barbosa  
Sara Bruna Barbosa  
RG: 41638219-7

Silma S. Matos  
Silma S. Matos  
20.560496.

Juliana Salita V. dos Santos  
Juliana Salita Valentim  
dos Santos  
RG: 43.473.883-9

Letielle Cristina Scarpim  
Letielle Cristina Scarpim  
RG: 45.493.978-4

Emerson Senead  
RG: 265607536

Valt L.  
Valt L. Junis  
RG: 45610291-7

Valt Moura

22.4155582 3

Maria de Lourdes S. Pomense  
13.400.906

Concordo com e subscrevo os termos do Requerimento de REVOGAÇÃO da Lei Municipal da Estância Turística de Ibitinga, nº 4951/2019.

~~Luiz Carlos~~  
Luiz Carlos Marchezin  
18.034.786-X

~~Luiz Carlos~~  
Luiz Carlos Marchezin  
45.239.5045.

Marta Cap. R. Adezes  
RG-12.529.471

Luiz Paulo Meira  
RG. 32.926.408-4

~~Estelita~~  
Estelita Elvira de Souza  
17.743.28813

~~Luiz Carlos~~  
Luiz Carlos Marchezin  
40.591.649-8

Concordo com e subscrevo os termos do Requerimento de REVOGAÇÃO da Lei Municipal da Estância Turística de Ibatinga, nº 4951/2019.

Phileia  
RG. 13.546.542-4  
Sara Rabelo da Silva

[Signature]  
6612 630356  
Maurício Moreira

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

76  
/

Concordo com e subscrevo os termos do Requerimento de REVOGAÇÃO da Lei Municipal da Estância Turística de Ibitinga, nº 4951/2019.

Mathius Roberto Vioto  
Mathius Roberto Vioto  
RG: 56.679.877-3

Michelle D Bernardo  
MICHELLE DAYANE BERNARDI  
RG: 41.182.208-1

Talles B  
TALLES BIGLIOTTI BEZERRA  
RG: 48.974.135-6-SSP/SP

Edison  
EDISON DOMINGOS SOIMENSI  
RG: 7487.318  
CEL 99680.1262

Carlos Alberto Roncada  
CARLOS ALBERTO RONCADA  
RG: 8097964

Oscar Roberto Alves São Miguel  
OSCAR ROBERTO ALVES SÃO MIGUEL  
RG: 16.212.221

Concordo com e subscrevo os termos do Requerimento de REVOGAÇÃO da Lei Municipal da Estância Turística de Ibitinga, nº 4951/2019.

Giovani Carpigiani  
GIOVANI CARPIGIANI  
RG: 54.699.142-7

Katia Aparecida Pierobon Siqueira  
KATIA APARECIDA PIEROBON SIQUEIRA  
RG: 36.124.174-4

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_



# *Câmara Municipal*

## *da Estância Turística de Ibitinga - SP*

*- Capital Nacional do Bordado -*

**EXMO. SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA  
TURÍSTICA DE IBITINGA-SP.**

**CMI OFÍCIO 2.275/2019/2017.**

Trata-se o presente expediente, de parecer avocado por Vossa Excelência, acerca do Requerimento de Medidas Administrativas referente à Lei Municipal de nº 4.951/2019, que denominou a Avenida Jornalista Roque de Rosa.

Avaliando o referido requerimento de nº 768/2019, não vislumbramos nenhuma irregularidade quanto à tramitação do Projeto de Lei 192/2019, que levou a aprovação, promulgação e publicação da Lei 4.951/2019.

Nota-se que a Lei foi promulgada e publicada em 13 de novembro de 2019.

É sabido que a norma jurídica criada de acordo com os critérios estabelecidos no sistema jurídico, qual seja, proposição, deliberação, aprovação, promulgação e publicação pelas autoridades competentes, passa a vigor no mundo jurídico.

Assim, a lei terá vigor até que outra modifique ou revogue, sendo que a lei a posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior, e salvo disposição em contrário, a lei revogada não se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência.





# *Câmara Municipal*

## *da Estância Turística de Ibatinga - SP*

*- Capital Nacional do Bordado -*

---

Portanto, entendemos que depois de aprovada, promulgada e publicada a Lei em comento, Vossa Excelência, a título ilustrativo não detém mais qualquer poder de anular a Lei, somente podendo ser feita a sua revogação pelas vias judiciais, ou com proposta de outra Lei que revogue a Lei 4.951/2019.

Pelo exposto, somos pelo deferimento do pedido, recomendando a Vossa Excelência, no sentido restrito, de que seja o referido requerimento enviado a cada um dos Vereadores desta Casa de Leis, à Chefe do Poder Executivo, **para querendo**, se tiverem interesse, propor um Projeto de Lei Revogando a Lei Municipal nº 4.951/2019, e restabelecendo a Lei anterior, pois, inexistente a repristinação automática.

Este é o parecer, respeitando entendimento adverso, “sub censura”.

Ibatinga, 09 de dezembro de 2019.

Atenciosamente,

RICARDO TOFI JACOB  
DIRETOR JURÍDICO







*Câmara Municipal*  
*da Estância Turística de Ibitinga - SP*  
*- Capital Nacional do Bordado -*

CMI Ofício nº 2368/2019

**CÓPIA**

Ibitinga, 16 de dezembro de 2019.

A SUA SENHORIA  
FERNANDO PAULO PEREIRA RACY  
IBITINGA – SP

**Assunto:** ENVIA ESCLARECIMENTOS SOBRE O ABAIXO-ASSINADO, PROTOCOLADO COMO MTR – 768/2019 – REQUERENDO MEDIDAS ADMINISTRATIVAS REFERENTES A LEI MUNICIPAL 4.951/2019 – QUE ALTEROU O NOME DA AVENIDA JAPÃO PARA AVENIDA JORNALISTA ROQUE DE ROSA.

Ilustríssimo Senhor;

Em atendimento ao solicitado por cidadãos em abaixo assinado apresentado nesta Casa, protocolado como MTR 768/2019, o qual contém representação na qual os signatários requerem a análise e medidas administrativas referentes a Lei Municipal 4.951/2019 – que alterou o nome da Avenida Japão para Avenida Jornalista Roque de Rosa, informo que:

- O documento foi publicado e está à disposição em nosso site;
- Todos os vereadores tomaram ciência através da leitura em Sessão Ordinária do dia 26 de novembro de 2019;
- A Mesa Diretora está analisando a representação e, assim que concluir o procedimento, tomará as providências que entender necessárias e cientificará Vossa Senhoria.

Atenciosamente,

JOSÉ APARECIDO DA ROCHA  
Presidente

Recebido por: FERNANDO

PAULO P. RACY

Data: 16/12/19

[Assinatura]  
ASS.



# Câmara Municipal

## da Estância Turística de Ibitinga - SP

- Capital Nacional do Bordado -

### PROCURADORIA JURÍDICA

#### PARECER Nº 20/2019

**ASSUNTO:** Ofício CMI nº 2276/2019, de autoria do Presidente da Câmara Municipal, solicitando parecer e orientação quanto à petição, de autoria de cidadãos, protocolada sob MTR nº 768/2019.

Trata-se de Ofício sob nº 2276/2019, da Presidência desta Casa Legislativa, solicitando parecer e orientação quanto à petição, de autoria de cidadãos, protocolada sob MTR nº 768/2019.

No documento intitulado "requerimento de medidas administrativas referentes à Lei Municipal nº 4951/2019 que alterou o nome da Avenida Japão", em síntese, se pleiteia a revogação da aludida Lei por vícios de legalidade e constitucionalidade, com base nas seguintes teses: Infringência aos artigos 24, § 5º, e 237, §§ 1º e 3º, da Lei Orgânica Municipal, à Lei Municipal nº 2495/2001 (artigos 2º, 3º, 4º) e ao artigo 246 do Regimento Interno. Ainda, alega nulidade por ofensa ao princípio da impessoalidade, previsto na Constituição Federal.

Passemos à análise jurídica dos questionamentos.

Com relação ao Regimento Interno, dispõe o artigo 246 (TÍTULO VII - Do Processo Legislativo; CAPÍTULO II - Dos Debates e Das Deliberações; SEÇÃO III - Das Votações; SUBSEÇÃO I - Disposições Preliminares):

*ART. 246. O Vereador presente à sessão não poderá escusar-se de votar, devendo, porém, abster-se quando tiver interesse pessoal na deliberação, sob pena de nulidade de votação quando seu voto for decisivo.*

*§ 1º O Vereador que se considerar impedido de votar, nos termos deste artigo, fará a devida comunicação ao Presidente, computando-se, todavia, sua presença para efeito de quorum.*

*§ 2º O impedimento poderá ser argüido por qualquer Vereador, cabendo a decisão ao Presidente.*

Já a Lei Orgânica Municipal, no artigo 24, § 5º, aduz:

*ART. 24. A discussão e a votação da matéria constante da Ordem do Dia só poderão ser efetuadas com a presença de 3/5 (três quintos) dos membros da Câmara.*

(...)





# Câmara Municipal

## da Estância Turística de Ibitinga - SP

- Capital Nacional do Bordado -

§ 5º O Vereador que tiver interesse pessoal na deliberação não poderá votar, sob pena de nulidade da votação, **se o seu voto, em tese, puder ter sido decisivo.** (grifou-se).

No caso em testilha, a aprovação do projeto de lei nº 192/2019, que veio a se tornar a Lei nº 4951/2019, se deu por unanimidade. Sendo o quórum para aprovação do projeto de maioria qualificada, ou seja, 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara (art. 24, § 3º, 1, g, LOM), não há que se falar em nulidade da votação, pois não foi o voto do vereador Richard Porto de Rosa decisivo.

Na mesma esteira, não há que se falar em nulidade dos atos por ter sido relator o vereador Richard Porto de Rosa junto à Comissão de Serviços Públicos, Ocupação do Solo, Saúde, Assistência Social, Educação, Esporte, Cultura e Turismo, posto que seu voto não foi decisivo, sendo aprovado pelos outros dois membros da Comissão.

Quanto à alegada ofensa aos artigos 2º, 3º e 4º, da Lei Municipal nº 2495/2001, alegam os peticionantes no requerimento que; não houve a distribuição do abaixo-assinado (anuência dos proprietários residentes/proprietários de imóveis, localizados na avenida Japão) em conjunto com o projeto de lei, mas *a posteriori*, após ser exarado parecer jurídico pelo Diretor Jurídico apontando sua necessidade; muitos dos signatários não apresentaram o respectivo documento de identidade, mas número de CPF, o que impediria a verificação da assinatura do proprietário; aposição de simples rubrica no abaixo-assinado. Tais fatos, segundo os requerentes, tornariam nula a tramitação do projeto.

Dispõe a mencionada norma:

Art. 2º - Os interessados em apresentar proposta de mudança de denominação de vias e logradouros públicos deverão apresentar em anexo, consentimento de no mínimo 80% (oitenta por cento) de anuência dos proprietários dos imóveis existentes na via pública ou num raio de 200 (duzentos) metros do logradouro público que receberá a nova denominação.

Parágrafo Único - A proposta de mudança de denominação de prédio público somente poderá ocorrer em caso de justificativa devidamente fundamentada e, após ampla divulgação junto à população, acolhendo a opinião pública.

Art. 3º - Constará da anuência o nome completo dos interessados, seguido do respectivo documento de identidade, nome da rua, número da propriedade e assinatura.

Art. 4º - Para aprovação das mudanças das denominações de vias e logradouros públicos, as propostas serão submetidas à apreciação que, além do mérito, deferirá sobre a necessidade e o interesse da mudança.





# *Câmara Municipal*

## *da Estância Turística de Ibitinga - SP*

*- Capital Nacional do Bordado -*

Segundo exige a Lei, como pressuposto para apresentação de proposta de alteração de denominação de vias e logradouros públicos, há a necessidade de consentimento mínimo de 80% (oitenta por cento) dos proprietários dos imóveis situados no local que se pretende a alteração, ou, então, anuência de mesma proporção dos proprietários de imóveis localizados num raio de 200 (duzentos) metros. Deverá constar o nome completo do proprietário, número de documento de identidade, nome da rua e número do imóvel, com a assinatura do interessado.

As alegações, nesses pontos, não têm amparo.

Inobstante seria correta a apresentação do documento constando o consentimento dos proprietários dos imóveis localizados na via pública objeto da pretensa alteração de denominação, não se vislumbra óbice à juntada posterior do documento, desde que apresentada mediante requerimento da Presidência, da Comissão em que tramita o projeto ou, ainda, por iniciativa do autor da propositura, o que foi o caso, através do MTR 683/2019.

Se infere do documento encaminhado pela Prefeita Municipal que "do total de 92 proprietários de imóveis da Avenida Japão, foram obtidas 76 assinaturas, totalizando 83% de anuência para mudança da denominação da Avenida Japão para "Avenida Jornalista Roque de Rosa". Consta o nome completo, número do documento, nome da rua e numeração, além da assinatura. Não se vê irregularidade na inclusão de número de RG ou de CPF, pois a intenção da Lei é identificar o proprietário, nem de assinatura ou mera aposição de rubrica, pois ambas são de lavra dos proprietários e denotam sua anuência com a pretendida alteração.

No que tange ao disposto no § 3º, artigo 237, da LOM, alegam os requerentes que houve a apresentação de projeto de lei nº 216/2019, instituindo o "Dia Municipal do Jornalista Roque de Rosa", além do projeto nº 192/2019, que altera a denominação da Avenida Japão. Deste modo, estar-se-ia diante de outra nulidade, porquanto há vedação de homenagear mais de uma vez à mesma pessoa.

Mais uma vez, não se vislumbra qualquer nulidade.

O artigo 237 e § 3º, da LOM, estatuem:

*ART. 237 - O Município não poderá dar nome de pessoas vivas a bens e serviços públicos de qualquer natureza.*

*§ 3º - Para as denominações de que trata o "caput" deste Artigo, não será permitido que uma mesma pessoa seja homenageada mais de uma vez.*

É vedada pela Lei Orgânica Municipal a concessão de mais de uma denominação a bens e serviços públicos a uma mesma pessoa. O projeto de Lei 216/2019 instituiu o "Dia Municipal do Jornalista Roque de Rosa", incluindo no Calendário Oficial de Eventos do Município a data comemorativa. Logo, não tem a ver com dar denominação a um bem ou serviço público.





# *Câmara Municipal*

## *da Estância Turística de Ibatinga - SP*

*- Capital Nacional do Bordado -*

De outro lado, em análise ao § 1º do artigo 237 da LOM, assiste razão aos requerentes.

Dispõe o artigo 237 e seu § 1º, da LOM:

*ART. 237 - O Município não poderá dar nome de pessoas vivas a bens e serviços públicos de qualquer natureza.*

*§ 1º - Para os fins deste artigo, somente após um ano de falecimento poderá ser homenageada qualquer pessoa, salvo personalidades marcantes que tenham desempenhado altas funções na vida administrativa do Município, do Estado ou do País.*

Extrai-se do dispositivo que para a homenagear uma pessoa com a concessão de denominação a bens ou serviços públicos, deve esta estar falecida há mais de um ano; ou, então, se encaixar como exceção: personalidades marcantes que tenham desempenhado altas funções na **vida administrativa** do Município, Estado ou País.

Não se olvida da pessoa notável que foi o homenageado, merecedora de todas as glórias e notoriamente conhecida pela luta e devoção à cidade de Ibatinga, na incessante busca pelo progresso e desenvolvimento desta urbe, sendo responsável por grandes avanços de Ibatinga quanto à divulgação nos meios de comunicação e propagação do nome do município a nível regional, estadual e até nacional.

Apesar de tudo, tecnicamente, nos termos da Lei Orgânica, a exceção é clara ao exigir que a pessoa a ser homenageada, além de ter reputação e prestado serviços "marcantes", tenha **desempenhado altas funções na vida administrativa** do município, ou seja, a Lei Orgânica quis prestar tributo de forma antecipada (sem se aguardar o prazo anual) a agentes públicos que ocuparam mandatos, cargos, funções ou empregos públicos durante sua vida no âmbito municipal, estadual ou federal.

Inobstante ser merecedor das maiores homenagens, não há no processo legislativo informação de que o homenageado pela Lei Municipal nº 4951/2019 tenha exercido mandato, cargo ou função públicos no âmbito municipal, estadual ou federal.

Destarte, s.m.j. e com a devida vênia, a princípio, se observa desrespeito ao disposto no § 1º do artigo 237, da Lei Orgânica Municipal, quando à observância do prazo de um ano, a contar do falecimento do homenageado, para ser possível à municipalidade dar seu nome a bens ou serviços públicos.

Como já houve a promulgação da Lei Municipal nº 4951/2019, de 13 de novembro de 2019, cujo projeto é de iniciativa do Poder Executivo, sugiro que seja





# *Câmara Municipal*

## *da Estância Turística de Ibitinga - SP*

*- Capital Nacional do Bordado -*

encaminhada cópia da representação à Prefeita Municipal para que tome ciência e eventuais providências para a revogação da norma em comento, bem como haja expressa determinação de voltar a vigorar a Lei Municipal nº 738, de 7 de março de 1964, caso assim se entenda.

Este o meu parecer.

Ibitinga, 23 de dezembro de 2019.

**PAULO EDUARDO ROCHA PINEZI**  
Procurador Jurídico





*Câmara Municipal*  
*da Estância Turística de Ibitinga - SP*  
*- Capital Nacional do Bordoado*

CMI Ofício nº 0020/2019

Ibitinga, 27 de janeiro de 2020.

Recebido por: \_\_\_\_\_

Data: 27.01.2020

Ass. \_\_\_\_\_

A SUA EXCELÊNCIA  
CRISTINA MARIA KALIL ARANTES  
PREFEITA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE  
IBITINGA – SP

Assunto: ENVIA DOCUMENTAÇÃO PARA ANÁLISE E PROVIDÊNCIAS QUE ENTENDER  
CABÍVEIS

Excelentíssima Prefeita;

Foi protocolado nesta Casa de Leis um abaixo assinado de cidadãos, requerendo medidas administrativas referente a Lei Municipal 4.951/2019, que alterou o nome da Avenida Japão, requerendo a revogação da Lei, constando a repriminção para o retorno da vigência a denominação anterior, entre outras solicitações.

O assunto foi dado ciência aos Vereadores e população através de sua leitura em Sessão Ordinária e disponibilização em nosso site.

O documento foi enviado para análise do setor jurídico da Casa, recebendo dois pareceres, em ambos, a orientação foi pelo encaminhamento de toda a documentação para o Poder Executivo, para que analise tudo e tome as medidas cabíveis, tendo em vista que o projeto que deu origem a Lei supra citada é de autoria do Poder Executivo.

Os membros da Mesa desta Casa reunidos, analisaram tudo e decidiram seguir a orientação dos jurídicos, assim encaminho anexo a este toda a documentação do assunto.

Atenciosamente,

JOSÉ APARECIDO DA ROCHA  
Presidente



*Câmara Municipal*  
*da Estância Turística de Ibitinga - SP*  
*- Capital Nacional do Bordado -*

CMI Ofício nº 0025/2020

CÓPIA

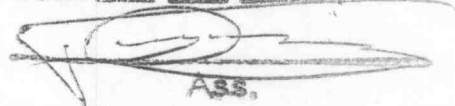
Ibitinga, 31 de janeiro de 2020.

A SUA SENHORIA  
FERNANDO PAULA PEREIRA RACY  
IBITINGA — SP

Recebido por FERNANDO PAULA

PEREIRA RACY

Data: 31/01/2020

  
ASS.

Assunto: ENVIA RESPOSTA


Ilustríssimo Senhor;

Em conclusão ao Requerimento de medidas administrativas referentes à Lei Municipal nº 4951/2019, que alterou o nome da Avenida Japão, protocolado nesta Casa de Leis como MTR 768/2019, exponho o que segue:

1. O documento tornou-se público junto ao site da Câmara Municipal desde seu protocolo;
2. Foi dado ciência aos Vereadores com sua leitura em Sessão Legislativa realizada em 26 de novembro de 2019
3. A Mesa Diretiva da Casa em reunião, solicitou parecer dos jurídicos da Casa em análise ao que foi requerido
4. De posse dos pareceres Jurídicos a Mesa Diretiva reunida novamente discutiu o assunto com os embasamentos e decidiu por enviar toda a documentação para análise e decisão do Poder Executivo, autor do Projeto que deu origem a Lei questionada.

Conclui-se assim os procedimentos desta Casa sobre o protocolo citado, dando-lhe ciência com este, de tudo o que ocorreu.

Atenciosamente,

  
JOSÉ APARECIDO DA ROCHA  
Presidente